

Aprovada na 1004ª sessão

ALADI/CR/Ata 1003
29 de maio de 2008
Horário: 10h10m às 11h40m

ATA DA 1003ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 998a. e 999a. sessões.
 4. Consideração da data para a Reunião de Vice-Ministros.
 5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações.
 6. Resultados do Primeiro foro sobre a dimensão social da integração na ALADI - 20 de maio de 2008 (ALADI/FORO/DSI/Relatório).
 7. Assuntos diversos.
 - Aceitação da Secretaria-Geral Ibero-Americana como Observador junto ao Comitê de Representantes.
-

Preside:

FRANKLIN RAMON GONZÁLEZ

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Plaza (Argentina), Marcelo Janko Álvarez e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia), José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli, Ivana Marília Gurgel e Regiane Mara Gonçalves de Melo (Brasil), Eduardo Araya Alemparte, Camilo Marcelo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Cielo González Villa (Colômbia), Marielena Ruíz Capote (Cuba), Edmundo Vera Manzo e Vladimir Jarrín (Equador), Ricardo Lozada Caballero (México), Emilio Lorenzo Giménez Franco, Hernán Rafael Cáceres Vera e Octavio Ferreira Gini (Paraguai), Max de la Fuente Prem e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Linda Rabbaglietti e Luján Barceló (Uruguai), Franklin Ramón González, Ramón José París García e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral a.i.: Isaac Maidana Quisbert.

Subsecretária: Dora Rodríguez Romero.

PRESIDENTE. Bom-dia a todas e a todos.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Temos em cada uma das pastas a proposta de Ordem del Dia, que está para consideração.

Creio que se estivermos todos dispostos, pode ser uma reunião muito curta e produtiva, pelo que, em consideração a Ordem do Dia.

Não havendo observações, aprova-se.

2. Assuntos em pauta

...Passamos ao ponto número 2, assuntos em pauta. Tem a palavra a Secretaria-Geral para informar sobre estes assuntos.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Muito obrigado, Presidente.

Os senhores Representantes têm na pasta a lista de assuntos em pauta. Gostaria de destacar desta lista o seguinte:

Uma nota da Representação do Uruguai na que comunica a cessação de funções do Ministro Álvaro Malmierca e outra da Secretaria-Geral Ibero-Americana onde o Contador Enrique Iglesias remete uma nota ao Secretário-Geral da ALADI solicitando que seja outorgada à SEGIB a condição de Observador junto à ALADI.

Depois de publicado o documento de assuntos em pauta, foi publicado e deve ser incluído no mesmo o documento ALADI/SEC/Proposta 283 sobre "Mecanismo sobre

Notificação das Medidas de Salvaguarda”, que poderíamos ver na próxima sessão se os senhores estiverem de acordo. Isso é tudo, Presidente.

“1. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota 246/08, de 22/05/2008.

Comunica a cessação de funções do Ministro Álvaro Malmierca.

2. Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). Nota de 26/05/2008.

Remete nota do Contador Enrique Iglesias ao Secretário-Geral solicitando que seja outorgada à SEGIB a condição de Observador junto à ALADI.

3. Convites recebidos:

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nota de 23/05/2008. Convida o Secretário-Geral para participar como expositor na Oficina Regional: "Perspectivas, desafios e oportunidades nos regimes de origem" (Buenos Aires, 12-13.06.2008)

Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). Nota SP-08/451, de 23/05/2008. Convida o Secretário-Geral ao Seminário Regional de Consulta -Dimensão social da integração da América Latina e o Caribe- (Caracas, 12 e 13.06.2008)

4. Integração do Fundo de Capital de Trabalho criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 2156).

5. Termos e condições para a licitação pública internacional do Projeto Plano Piloto de Certificados de Origem Digitais (ALADI/SEC/dt 488).”

PRESIDENTE. Após escutar o Secretário-Geral em exercício, como chama a Licenciada Dora Rodríguez, não havendo nenhuma observação, passaríamos ao seguinte ponto 3.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Bom-dia. Para referir-me a algo que não está nos assuntos em pauta, mas que o Secretário-Geral a.i. hoje fez referência, sobre o Projeto de Resolução de “Mecanismo sobre Notificação das Medidas de Salvaguarda”, que aqui em uma rápida revisão, independentemente de que seja fruto de um trabalho que vem há muito tempo, no qual participou o Grupo de Trabalho, mas consideramos juntos submetê-lo à consideração do próximo Comitê, o Grupo de Trabalho deveria dar o *okay* ao documento.

PRESIDENTE. Está para consideração esta proposta da Embaixadora de Cuba. Tem a palavra o Embaixador Olima.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Coincido com isso. Não lembro a verdade destes temas porque há muito tempo foram tratados, e creio que à luz da evolução de todas as nossas reuniões nos últimos tempos, creio que é útil que isto seja novamente revisado e aprovado pelo Grupo correspondente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Creio também que nós na reunião passada acordamos reuniões dos Grupos de Trabalho, pelo que creio que o pertinente e adequado é que isto vá

ao Grupo de Trabalho e depois viria ao Comitê. Se estivermos de acordo com isso, então, continuamos com a Ordem do Dia.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Quero voltar ao tema de assuntos em pauta, porque aqui há um tema que vai ser obviamente considerado pelo Comitê, mas creio que seria bom mandar um rápido sinal, que é a solicitação da SEGIB de ser acreditada em seu caráter de Observador da ALADI.

Creio que esta é uma estrutura que pode ser muito interessante, um mecanismo de cooperação com a ALADI, há um convênio de cooperação assinado, e considero que é de muito interesse dar rapidamente um sinal no sentido de que não há inconvenientes para acreditá-los em caráter de Observador. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Em consideração essa proposta.

Há alguém contra?

Parece que não, então, será enviada a comunicação respectiva.

Há uma proposta do Embaixador, porque está sugerindo a Secretaria-Geral que se o aprovamos de uma vez aqui ou vemos no próximo Comitê esta proposta.

Por isso, perguntava se tinha alguém contra.

Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Presidente, somente para apoiar a proposta, considero oportuno que fique já resolvido o tema aqui, se estivermos todos de acordo é melhor que seja aprovado de uma vez.

PRESIDENTE. Está aberto o direito de palavra. Estamos em assuntos em pauta, de todas formas, neste Comitê somos autônomos para decidir, mas não estava em um ponto da agenda este tema, então, por isso, estou submetendo à consideração esta proposta do Embaixador.

Se nenhuma Representação considerar que isto tem que ser considerado no próximo Comitê, poderíamos tomar a decisão hoje e no próximo Comitê o fazemos constar na Ordem do Dia.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Presidente, a SEGIB é uma instituição, estrutura, na que participam absolutamente os doze países aqui representados no mais alto nível, Presidentes, Chanceleres, etc, é óbvio que diante dessa solicitação, o único que podemos fazer é aceitar esse temperamento, quando aceitamos o temperamento para estruturas nacionais ou internacionais de muito menor representatividade e de muito menor vinculação com a região.

Portanto, considero que mandar um sinal rápido é o adequado, se aqui estivermos todos de acordo com o temperamento, não vejo por que vamos continuar dilatando este

tema, aprova-se hoje, a Secretaria dará o número correspondente, se tivermos que dar-lhe um número tecnicamente e a Secretaria está em condições de enviar uma notificação dizendo que no Comitê de tal data, -que é hoje- foi tratado o tema e aprovado por unanimidade e acabou. Para o que vamos estar tirando-o de hoje e mandando-o para a próxima sessão? Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Vamos preparar um projeto de Acordo e o veremos posteriormente para decidi-lo e que fique registrado já como uma decisão deste Comitê de hoje.

Tem a palavra o Secretário-Geral em exercício.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Presidente, simplesmente para indicar que já estamos preparando, à luz do acordo que está no Comitê, o projeto de Acordo que é a forma normativa na que é aprovada a incorporação de Observadores ao Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. Vamos ao terceiro ponto, então, e depois vemos.

3. Consideração das atas correspondentes às 998ª e 999ª sessões

...Estão para consideração as atas. Não havendo observações, aprovam-se.

4. Consideração da data para a Reunião de Vice-Ministros

...Passaríamos ao ponto número 4, consideração da data para a Reunião de Vice-Ministros. Lembremos que na passada sessão fez-se duas propostas, que seja realizada a reunião em 4-5 de agosto com o mesmo formato que tínhamos considerado para 28-29 e a outra proposta é que seja 7-8 do mesmo mês.

Tem a palavra a Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Presidente, para informar que fizemos as consultas respectivas e para nossa Chancelaria a data melhor é a de 7 de agosto. A segunda de agosto, 7 e 8.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação del Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Também para informar que como resultado da nossa consulta à capital recebemos a indicação da data mais adequada, a que poderíamos aceitar, inclusive, já hoje seria a de 4 e 5 de agosto, lamento que não coincidamos com a que recebeu a Embaixadora da Colômbia, seria de preferência para o Brasil 4 e 5 de agosto. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Ricardo Lozada Caballero). Para informar que depois de ter feito consultas à capital, informam que o México prefere, é mais conveniente a data de 4 e 5 de agosto. Obrigado.

PRESIDENTE. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). 7 e 8 de agosto.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, Presidente. A Representação da Bolívia preferiria as datas de 4 e 5 de agosto, mas se houvesse consenso para 7 e 8 também poderia aderir.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ramón José París García). A data que nos enviaram foi 7 e 8 de agosto.

PRESIDENTE. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. À luz do que estamos percebendo, proporíamos 6.

- Hilaridade

Se não, aceitamos qualquer uma das posições. Obrigado.

PRESIDENTE. Surgiu a criatividade aqui. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Podemos ajustar-nos tanto à de 4 e 5 como à de 7 e 8 de agosto.

PRESIDENTE. Temos quatro grupos agora, os que estão de acordo com 4 e 5, os que estão de acordo com 7 e 8, os que estão de acordo com os dois e o que propõe 6. Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, estamos dispostos a acompanhar qualquer uma das duas datas, temos certa inclinação por 4 e 5, mas estamos dispostos a acompanhar o consenso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Max de la Fuente Prem). Obrigado, Presidente. Para o governo peruano, as datas preferidas seriam 4 e 5 de agosto.

PRESIDENTE. Continua aberto o direito de palavra, faltam outras Representações. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Não temos ainda instruções com relação às datas, terá que ser para a próxima sessão. O Vice-Ministro estava fora e não foi possível consultá-lo. Obrigado.

PRESIDENTE. Temos outro grupo, os que não têm data. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado. Nós aderimos ao grupo que não tem data.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Aderimos ao grupo dos que não têm data, mas considero que deve ser em agosto.

PRESIDENTE. Teríamos que esperar para a próxima sessão, com base em que nela todos teríamos que ter propostas das datas, pelo que é necessário ver, inclusive, neste âmbito que se expressou hoje que há alguns países que manifestaram 7 e 8, bem como os que manifestaram 4 e 5, vejamos se podemos estabelecer um acordo de consenso com base na flexibilidade. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Embora eu entenda que o tema será tratado na semana próxima, à luz das posições expostas, já está claro que temos uma dificuldade, Presidente. Já está claro. Então, eu gostaria de que não deixássemos simplesmente o tema para a semana próxima para que os demais países que não receberam ainda as instruções se pronunciassem, mas que daqui saíssemos com algum tipo de solução equilibrada ou como seja possível, ou vamos chegar na semana próxima dois ou três se pronunciarão por uma data, um par pela outra e vamos estar de novo com a necessidade de dilatar para pedir novamente instruções.

Digo isto porque, Presidente, até 10 dias atrás parece que todos tínhamos uma grave urgência em convocar a reunião de Vice-Ministros e a Reunião de Ministros, etc, se continuamos dilatando isto por este tipo de questões formais, temos que ter consciência é que cada vez estamos complicando mais o cenário seguinte, então, creio que não deveríamos deixar este tema como está e ver, quando propus a data 6, disse-o rindo, mas não deixa de ser uma posição eclética, digamos que venham dia 5 à noite e dia 6. Não é 4, nem 5, nem 7, nem 8. Alguma vez teremos que encontrar pontos de equilíbrio em tudo isto, Presidente, porque obviamente é muito difícil coordenar as agendas de 12 representantes desse nível na região, porque todos têm mil temas para atender, sabíamos que este tema é um risco e que se continuamos demorando, vamos aproximar com outras coisas que já estão na agenda internacional, como as reuniões da UNASUL, a Assembléia-Geral das Nações Unidas, etc, em função disso, sugiro que busquemos algum mecanismo de convergência. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tínhamos feito comentários parecidos, se isto for adiado alguns dias não haverá Reunião de Conselho de Ministros, porque vem Nações Unidas, depois de Nações não se sabe quando seria a Reunião de Vice-Ministros, o qual nos deixa que não haveria neste ano reunião do Conselho de Ministros. Então, essa seria um pouco a reflexão que devemos fazer. A Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Presidente, obrigada. Quero pedir desculpas porque realmente aqui revisando o tema com a Conselheira da nossa Representação, a data real que a Colômbia manifestou foi 4 e 5 de agosto, quero deixar claro que hoje estou apresentando 4 e 5 de agosto. Obrigada.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Quando manifestei que em agosto deve ser, não falava de brincadeira, creio que é bastante fácil o problema, porque há duas datas de agosto, muito próximas e creio que tem que ser uma das duas, não pode ser julho ou setembro ou outro mês. Tem que haver uma colaboração, uma plasticidade das Chancelarias e decidir uma das duas datas, porque, caso contrário, para contentar cada uma, então, será o dia das calendas gregas e dizem que as calendas não existiram, então, aí ficam piores as coisas. Inclino-me ao que disse o Embaixador da Argentina, creio que tem que ser precisado entre essas datas, que felizmente estão muito próximas, mais difícil seria que fosse começo de agosto e fins de agosto, mas são poucos dias nesse interim, requere-se um espírito de colaboração de todos para que avancem os processos.

PRESIDENTE. Escuto opiniões. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Certamente para dizer coisas óbvias, se somarmos quantos são os que optaram por 4 e 5, creio que são 7, só falta 1 para ser a maioria requerida e, portanto, os que dissemos 7 e 8, por exemplo, no caso do Chile, é a opção ou a preferência por 7 e 8, não é que seja isso, ou não ha presença do Vice-Chanceler.

Então, proponho que os que solicitamos 7 e 8 busquemos a opção de 4 e 5 como a que, definitivamente, está sendo imposta, porque creio que efetivamente não é tão complicada, em parte pelo que diz o Embaixador da Argentina, não estamos mudando duas quinzenas ou dez dias, são dois dias. Tenho certeza de que no caso do Chile, é muito provável –não vou garantir- que tal vez digam: 4 e 5, sim, perfeito. Foi decidido 4 e 5, vamos nessa data. Os que não têm data que a proponham já não como alternativa mas como que é aprovada por consenso. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, para apoiar o que acaba de dizer o Embaixador do Chile. Se vemos aqui há uma maioria em favor de 4 e 5, há países que manifestaram sua vontade de acompanhar o consenso. Isto é, que, na verdade, até este momento expressões são as do Chile e a da Venezuela, Chile acabamos de escutá-lo, Venezuela, estamos preparados para escutá-lo, de forma que creio que seria útil inclusive para aqueles que não receberam a instrução, sair daqui dizendo que se analisou e que houve consenso em favor de 4 e 5, ou vamos continuar dilatando isto bastante tempo, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ramón José París García). Com vistas a que a reunião seja realmente realizada, se for 4 e 5, a Venezuela assumiria e informaria à sua Chancelaria.

PRESIDENTE. Então, vamos com uma só proposta: 4 e 5 de agosto. Brasil, México, Bolívia, Peru, Colômbia, Chile, Argentina, Venezuela. Faltaria Equador, Paraguai e Cuba. Creio que o Uruguai também aderiu ao consenso. Sim, também o Uruguai. Seria essa a proposta: 4 e 5.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Desculpe, quero insistir em um conceito, não seria uma proposta, já seria a data que acordamos hoje. O que fariam os países que ainda não receberam instruções seria informar suas respectivas capitais que o tema foi tratado no Comitê e as datas propostas, houve uma clara maioria em favor de 4 e 5, então, já seria a data que fixamos, não uma proposta, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Sim, estou de acordo com o senhor, Embaixador, mas sempre devemos insistir em que é uma proposta que até agora tem este consenso, faltam alguns países que têm que fazer a consulta, porque devemos lembrar que hoje tivéssemos estado realizando essa reunião e por um país manifestar um problema que assumimos, há uma proposta nova. Portanto, qualquer país pode manifestar um inconveniente e como aqui

todos somos iguais, devemos assumir as coisas nesses termos, por isso, dizia porque este é o cenário em que nos desenvolvemos aqui.

Então, até agora, Brasil, México, Bolívia, Peru, Colômbia, Chile, Argentina, Venezuela e Uruguai estão de acordo com que seja em 4 e 5. Falta Paraguai, Equador e Cuba fazer em suas consultas, que serão com base na proposta de 4 e 5 de agosto.

Creio que estamos de acordo com isso.

5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações

...Passaríamos ao ponto número 5, o Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações. Tem a palavra a Representação do Chile como Coordenador deste Grupo para apresentar o Relatório da reunião realizada na segunda-feira, às 15h.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Muito obrigado, senhor Presidente. Para tentar fazer o mais breve e preciso possível.

A reunião do Grupo de Trabalho dedicou-se a revisar primeiro as seis atividades de sua competência, para o que a Secretaria elabora um relatório bastante detalhado de cada uma delas, entremos primeiro pela mais relevante, mas que está aí que é o Plano Piloto do Certificado de Origem Digital. A esse respeito, destacou-se o tema de uma dúvida, insegurança sobre o processo que nos compete agora, que seria o chamado a Licitação, sobre o tema do recebimento de ofertas, se for por via eletrônica como está contemplada atualmente na Resolução 319, não estão todas as certezas de que isto, sobretudo, o tema da propriedade intelectual, que abrangem estas ofertas recebidas, é possível garantir sua integridade, ou seja, que não vão se filtrar.

Por isso, no final foi resolvido no Grupo de Trabalho sugerir ao Comitê uma modificação do inciso 9 do Artigo Sexto da Resolução 319, onde o processo de recebimento de oferta foi modificado, que seja, por exemplo, em uma mesma reunião ordinária do Comitê que se abram, ao mesmo tempo, todas as ofertas, que possam chegar em diferente momento, mas com um envelope lacrado como se faz qualquer licitação internacional.

Além disto, senhor Presidente, sobre esta atividade já estão sendo chamados os Especialistas das capitais para reunir o Grupo Ad hoc, em 17 e 18 de junho, isso é sobre o Plano Piloto dos Certificados de Origem Digital.

Se permitir, depois continuo com as outras atividades, porque esta é a que teria mais substância em termos do que compete ao Comitê, porque deveríamos aprovar esta modificação do inciso 9 do Artigo Sexto, da Resolução atualmente vigente. Gostaria, talvez, de deixar aqui de passar a outras atividades que são mais informativas e não substanciais.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Para tirar a tensão nervosa, creio que a proposição do Coordenador do Grupo objetiva melhorar e garantir a transparência do sistema de recebimento de ofertas para um tema que tem muita importância prática *a posteriori*, pelo que se o Grupo está sugerindo que modifiquemos esse ponto, creio que deveríamos aprová-lo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Claro, além disso, na reunião houve acordo? Então, se nessa reunião houve acordo de todas as Representações, não vejo nenhum inconveniente. Alguém gostaria de solicitar a palavra? Então, estaríamos aprovando. Repita a proposta, por favor.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. A proposta é modificar o inciso 9 do Artigo sexto da Resolução 319, onde receba as ofertas, há uma proposta de redação que fará a Secretaria, e conseqüentemente, senhor Presidente, depois de que se reúne o Grupo de Especialistas, o grupo Ad-hoc, que está contemplado na Resolução, poderíamos voltar novamente aqui com o edital já de licitação para a consideração do Comitê.

PRESIDENTE. Deveria ser preparado pela Secretaria e voltamos com isto depois para ver como ficaria a Resolução. Então, se quiser continuar com o resto.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Quanto à seguinte atividade que era a implementação do reconhecimento das assinaturas digitais, o que foi acordado a esse respeito foi primeiro ter claro que embora possa ser muito útil para o projeto que estávamos falando anteriormente, não é que esteja condicionado, pode se movimentar tranquilamente por canais diferentes e foi acordada a distribuição de um projeto sobre assinatura digital às diferentes Representações para movimentá-lo novamente às capitais e poder reativar essa atividade.

Sobre a digitalização das autorizações de transporte rodoviário, foi apresentado, ainda, outro relatório da situação e comprometeu-se a distribuir um relatório para as capitais para que também sejam acreditados mais países porque ainda faltam alguns membros, exceto Cuba e México, todos os demais, os outros dez temos que dizer algo no tema.

Depois, temos o Programa de Desenvolvimento para a Digitalização de Faturas Comerciais e o Programa de Desenvolvimento para o comércio eletrônico regional, tema que descansa atualmente na Secretaria, que está trabalhando em alguma proposta. Isso estaria finalizado no fim deste ano.

E o último ponto é o Modelo metodológico para implementar procedimentos que facilitem e desenvolvam a digitalização da documentação de comércio nos portos da região, que é um tema similar ao dos temas de rodovia, onde estaria sendo reativado nas capitais para que no foro virtual participem todos os especialistas possíveis. Muito obrigado, senhor Presidente, isso seria tudo.

PRESIDENTE. Alguém gostaria de comentar algo a esse respeito, mas voltaríamos depois de que esteja a nova redação sobre esta Resolução.

6. Resultados do Primeiro foro sobre uma dimensão social da integração na ALADI - 20 de maio de 2008 (ALADI/FORO/DSI/I/Relatório)

...Passaríamos, então, ao ponto número 6, que é um material que foi entregue na semana passada, uma versão preliminar que seria um resumo executivo do desenvolvimento e resultados do evento denominado "Primeiro Foro sobre a Dimensão Social da Integração na ALADI".

Lembremos que houve troca de opiniões aqui, e consideramos pertinente colocar isto na agenda -com a base que significa esta versão preliminar-. Hoje vamos fazer uma discussão sobre este material, e quais seriam os desenvolvimentos futuros.

Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente.

Em princípio para agradecer ao Secretário-Geral pelo Resumo Executivo com relação ao desenvolvimento e os resultados do Foro sobre Dimensão Social da Integração. Creio que é uma importante contribuição para facilitar o trabalho do Comitê, porém, gostaria de fazer uma proposta a esse respeito, creio que seria conveniente que este resumo executivo seja uma base com a que os países que desejem formular algumas complementações, esclarecimentos ou precisões, pudessem fazê-lo. Bolívia neste momento não tem ainda para aportar; está esperando receber insumos da capital, mas, talvez, outras Representações poderiam ter.

Então, essas contribuições recebidas deveriam ser expressas em outro documento. Para estes efeitos, eu proporia que o grupo de Alternos pudesse se reunir para incluir essas contribuições dos países em um documento, mas também que incluam recomendações ou ações sobre esta temática tão importante, e isso seria depois considerado pelo Comitê, para elevá-lo como insumo aos Vice-Ministros, o qual enriqueceria muito o amplo debate que se pretende dos Vice-Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Há uma proposta na mesa. Está aberto o direito de palavra. Tem a palavra o Embaixador Olima.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Tenho algumas dúvidas, Presidente, sobre o trâmite ou o futuro, como continuar este tema sobre o que está claro é que todos adjudicamos uma altíssima importância, e ficou clara a vontade de tentar avançar no desenvolvimento dos aspectos sociais da integração, que são os que, de alguma forma, estavam “coxos” no trabalho que tinha feito esta Instituição, esta estrutura da ALADI durante os últimos anos.

Digo isto porque, em lugar de centrar-nos na discussão do documento -e isto não impede, de nenhuma forma, que cada uma das Representações enviem os agregados que quiserem fazer neste documento- creio que deveríamos analisar como vai continuar tudo isto, e a verdade é que não gosto de mandá-lo a uma reunião de Alternos, porque é um tema ao que nos dois últimos meses temos dado muita importância, e hoje, quando temos as conclusões e temos que decidir como vai continuar a situação, vamos mandar à reunião de Alternos? Creio que não é o melhor caminho, nós mesmos deveríamos tratar este tema. Isto, com todo o respeito pelos Alternos, que todos os dias fazem o trabalho, o *dirty work*, o trabalho sujo, coitados.

Mas, creio, ainda, que será necessário, de alguma forma, adotar temperamentos de como vamos continuar tudo isto. Imagino que a idéia, isto é, como não vamos poder prescindir, de alguma forma, do enriquecimento nas nossas visões, a criação de uma estrutura semelhante ao Conselho Assessor Trabalhista ou ao Conselho Assessor Empresarial seria desejável para que este Comitê, não é que estejamos como sempre regulando as coisas de uma cúpula de cristal, mas que recebamos os insumos da própria sociedade, se vamos falar de aspectos sociais.

E se coincidéssemos em que é bom criar uma espécie de Conselho Assessor de tipo social, então, quase preferiria que, em lugar de continuar discutindo entre nós, vejamos de que forma implementamos esse Conselho Assessor Social, e de que forma o colocamos rapidamente em funcionamento. Isto é uma idéia que parece uma proposta nova, mas a realidade é que se insere na evolução que tem tido o tema.

De que forma vamos tratar esta questão, se não for escutando de alguma forma a sociedade? Isto é o que queria pensar. Isto, insisto, não implica que esse documento não possa ser enriquecido; entendo a posição da Bolívia, e provavelmente de outros países que quiserem... mas digo, em vez de estar discutindo sobre o conteúdo de um documento que finalmente será um documento orientador, por que não procuramos ser mais pragmáticos, mais operativos, mediante esta proposta? Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Embaixadora de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente.

Creio que a partir da proposta da Argentina, são dois os pontos que estamos tratando sobre o tema agenda social, que começamos a trabalhar e a construir.

Primeiro, e em razão disso, a proposta da Bolívia é como convertemos em insumos o resultado do seminário ou o foro que acabamos de ter aqui. Nós, nossa Representação, recebeu da capital algumas opiniões sobre o documento elaborado pela Secretaria; opiniões do Representante nosso aqui, que consideramos complementaríamos as idéias expostas no trabalho realizado por Secretaria, mas de todas formas, consideramos que o trabalho já feito é um documento em si da Secretaria, e deve ser um documento exclusivo, não necessário de complementação.

Vemos a possibilidade de que vá ao grupo de Alternos, e a compartilhamos com a visão que manifestou o Embaixador da Bolívia, em virtude de poder unir esse insumo que representa o trabalho feito pela Secretaria, as próprias participações dos representantes dos nossos países aqui, e digamos, o *feedback* da capital, em razão disso, pelos próprios representantes que estiveram aqui com idéias que complementem; e elaborar um documento, preparar um documento, com base nesses três, ou seja, observações, participações e relatório da Secretaria, que fosse aprovado como um lineamento, recomendações gerais para a reunião de Vice-Ministros, como um documento aprovado pelo Comitê.

Quanto às ações futuras, compartilho a preocupação de Olima, é algo em que todos estamos pensando, e no que deveremos trabalhar para a reunião de Vice-Ministros, e na inserção da agenda social no âmbito da ALADI. Mas, em virtude deste documento que queremos transformar em um insumo válido para a reunião de Vice-Ministros, considero que o trabalho que podem fazer os Alternos a partir desses três insumos fundamentais é válido. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente. Primeiro, agradecer à Secretaria pelo Resumo Executivo que compartilhamos, além de algum comentário, que é um bom resumo, que atualmente poderia ser acolhido e ficar como tal.

Em termos de que outro documento preparar, é proposto o mesmo documento anexo; há uma publicação a realizar para informar que o Chile já enviou à Secretaria o que seria o texto chileno.

Principalmente, como o Chile propiciava mais a proposta do Embaixador da Argentina, nós também cremos que já como texto, como papel passou aos Vice-Chanceleres, Vice-Ministros, é suficiente com este documento anexo, com a publicação. E devemos fazer o

outro trabalho aqui, ver como fazemos daqui para a frente; se for criado este Conselho Assessor Social, como implementamos, como reforçamos atualmente a agenda social da ALADI, mas continuar escrevendo documentos de diagnóstico, aqui temos os do SELA, CEPAL, mais documentos de diagnóstico não sei se é mais contribuição. Cada país já tem seu diagnóstico do tema. Não sei se vai ser uma soma adicional para os Vice-Ministros terem mais papéis.

Creio que é necessário ter propostas mais concretas, ver como fazemos com isto; e essa discussão, embora como Alternos talvez diria, trabalhem os Alternos. Não, creio que corresponde que o trabalhemos no Comitê, para que sejam tomadas as decisões e propostas mais concretas e mais elaboradas, ou é dilatar o tema, e talvez não chegamos à reunião de Vice-Chanceleres. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Embaixador do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Quanto a este tema, creio que há várias visões. Uma visão foi o que nossos representantes expuseram no foro; outra visão é o que a Secretaria elaborou nesse documento, é como viram o evento, que não necessariamente contém tudo o que as Representações teriam gostado de que estivesse incluído, mas é a percepção da Secretaria, e tem direito a pensar como considerar conveniente.

Então, aí vem outra situação, que somos nós. Creio que não é que temos que corrigir o documento, como decidimos, mas acolhendo o proposto pela Representação do Chile, vem o nosso papel; nós como Comitê, o que fazemos diante desses insumos, que é o foro com toda a riqueza das exposições e dos organismos que participaram. Agora nós temos que fazer.

Então, aí temos duas opções, uma opção que foi questionada, que tínhamos pensado – á que eu também me inclinei - a que os Alternos elaborassem proposta para que fosse tratada pelo Comitê. Creio que essa é uma alternativa.

A segunda alternativa que eu proporia é que, na próxima sessão do Comitê, cada um exponha a visão do que pensamos, porque uma questão é ao que vieram os representantes dos governos, mas nós não expusemos o que pensamos; que tomemos essa sessão para expressar cada uma das Representações. Porque aí seria uma forma que facilitaria, porque alguém depois teria que reelaborar ou tomar o que expussemos, o habitual aqui é o contrário: primeiro que trabalhem os Alternos e depois o Comitê modifica, amplia, recorta, etc.

Então, creio que há apenas esses dois caminhos, porque não coincido com o que diz o Representante do Chile, que já os diagnósticos estão acabados, eu não creio. Na América Latina, em qualquer tema há diagnósticos maus demais. Se fosse por documentos, por diagnósticos, já teriam acabado as doenças e os problemas.

Porque aqui temos uma disjunção, e várias. Uma disjunção apresentada pela Argentina, que é válida mas creio que não é suficiente, que pode derivar da reunião, o fato de que seja criado um Conselho Assessor Social. Isso está bem, mas não creio que vamos nos reunir tantas horas para chegar só a esse diagnóstico, a essa sugestão, creio que há outros caminhos em tudo isto chamado construção do pilar social.

Isso é uma responsabilidade bastante grande, que não acaba nomeando ou decidindo que funcione o Conselho Assessor Social, mas há uma série de elementos que vale a pena

que proponhamos aqui, ou que poderiam surgir, e o Conselho Assessor Social seria um elemento a mais das tantas coisas que poderiam sair em uma reflexão que façamos sobre o tema social.

E ainda mais quando este tema está em plena discussão em vários organismos. A reunião de Presidentes de Santiago tratou o tema; o SELA vai tratar o tema em duas semanas, exatamente igual como nós o tratamos. Mas uma questão são os pronunciamentos e outra coisa é a tomada de decisões, que é o que necessitamos.

Eu convidaria para isso, que se não passa aos Alternos para que elaborem com base em seus critérios e apresentem algo; a outra alternativa, então, junto com os Alternos fazer uma reunião aqui na próxima sessão, para que apresentemos nossas visões sobre o tema do que deve ser a dimensão social na ALADI.

Porque sem exceção, no foro nenhum de nós que estejamos aqui, fomos acreditados para representar, ou seja, que estivemos excluídos, e possivelmente temos alguns elementos de juízo diversos, mais em alguns casos, menos em outros casos, que as pessoas que vieram.

Então, seria uma boa oportunidade para que manifestemos aqui o que pensamos sobre esse tema. Eu proporia isso com base na alternativa manifestada pelo Embaixador Olima, que não gostaria de que fosse aos Alternos. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Com a diversidade de idéias aqui apresentadas, e tentando buscar algum terreno de consenso, não creio que sejam completamente opostas as idéias manejadas. Eu sublinharia que o mais importante é saber o que vamos fazer e depois discutiríamos como fazê-lo.

Em relação ao que fazer, estou de acordo e, é diferente o seminário, o foro, serviu como identificação de idéias muito importantes e agora passamos para uma fase diferente, na que, como Representantes dos Estados Membros, temos que discutir o que estamos dispostos a incluir na agenda da ALADI para dar maior força à temática social, ao pilar social, como foi manifestado aqui.

Isto é, como disse o Embaixador do Equador, nossa responsabilidade. Isto é diferente ao que foi feito no foro; nós temos que fazer aqui uma deliberação de caráter político sobre o que queremos, os Estados Membros, no tema social, como competências e tarefas para a ALADI.

Estou de acordo também, e creio que é importante, o ponto sublinhado pela Argentina e pelo Chile, que não se deve perder em um esforço de um diagnóstico, simplesmente, ou repetir coisas que já estão nesse documento, e creio que não era essa a proposta da Bolívia –o espírito da Bolívia e de Cuba-, seria melhor elaborar um papel, que não seria um diagnóstico ou uma repetição, mas um papel para indicar diretrizes de ação na área social; e que inclusive segundo a visão da minha Delegação, este papel deveria aspirar a chegar a ser um projeto de Resolução que poderia ser anexado ao conjunto dos projetos já elaborados para o Conselho de Ministros. Neste projeto, nós, como países, estaríamos definindo que caminhos pode seguir a ALADI para desenvolver sua ação na área social.

Então, isto com relação ao que fazer. Como fazê-lo? Creio que poderíamos ser flexíveis. Considero que a idéia de chamar o grupo de Alternos, teria unicamente o mérito

de facilitar talvez um exercício de redação deste papel. Talvez seja mais fácil trabalhar em um esforço de redação em Alternos que no Comitê.

Mas ao mesmo tempo, minha Delegação não teria problemas em fazer a discussão no Comitê ou talvez poderíamos pensar em utilizar os dois caminhos. Considero que a idéia proposta pelo Embaixador do Equador é boa no sentido de que ainda é necessária uma sessão na que nós aqui, como Representantes dos Governos, manifestemos o que consideramos que devam ser as linhas de ação da ALADI nesta área.

Quanto ao procedimento, minha Delegação seria flexível, e o mais importante consideramos definir claramente o que queremos fazer, e aí, repito, seria a elaboração deste papel que definiria as linhas de ação da ALADI, e que poderia se transformar oportunamente em um projeto de Resolução para o Conselho de Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Tentando ordenar, quero dizer-lhes como estamos vendo estas coisas.

Quando se falou dos aspectos sociais da integração, sempre ficou claro que isto era um “pé” adicional da mesa da ALADI, que sempre continuará centralizada –pela sua temática, pela sua história, pelo Tratado de Montevidéu, embora tenha disposições que habilitam o tratamento social- na tarefa central; está clara qual a tarefa central da ALADI.

Quando se falou do pilar social, falou-se de enriquecer, de complementar na tarefa da ALADI, com uma visão social que até este momento não tinha tido, ou que, em todo caso, na minha opinião, tinha começado a construir. Porque quando vemos que o Conselho Assessor Trabalhista pede como primeiro estudo que sejam analisados os efeitos no trabalho dos acordos de livre comércio, está claro que estamos contemplando os aspectos sociais.

Creio que ninguém duvidará que o emprego e o desemprego é talvez um dos temas centrais dos aspectos sociais.

Tendo claro isto, que o que estamos falando é de acrescentar ao conceito central da ALADI os aspectos sociais, de vinculá-lo com o social, temos que ver isso de que forma o construímos.

Quando se armou o foro, o foro veio para descrever, para indicar qual a situação que estavam vivendo nossos países, e dar os sucessivos elementos que contribuem ou configuram, ajudam a configurar o panorama negativo social que temos na região; que está claro que está integrado pela pobreza, pela marginalidade, pelo nível de acesso à saúde, à educação, pela não eqüitativa distribuição da riqueza. Todos os temas que foram apresentados aqui, e que para ser franco, Presidente, creio que vimos manifestando há vários anos, em diferentes foros e organismos.

O SELA, que jamais na sua vida tinha tratado os temas sociais, nos enviou, e o Secretário-Geral distribuiu, há quinze ou vinte dias, um documento onde descreve qual o tratamento da problemática social em cada um dos organismos sub-regionais, etc.

Síntese disto, Presidente, creio que temos que ver de que forma no nosso trabalho podemos dar lugar, conteúdo, de que forma enriquecemos nosso trabalho com os aspectos sociais. E para isso, creio que tem razão o Representante do Equador, não para que

ponhamos nossos pontos de vista sobre a pobreza, não para que ponhamos nossos pontos de vista sobre os temas sociais da região, mas para que vejamos de que forma concreta e real a ALADI pode fazer suas contribuições.

Isto não é um debate de caráter filosófico, é um debate prático. É um debate de ver como vamos fazer as coisas. Nesse sentido, creio, ainda, que embora tenhamos um quadro de situação, isto é, até que não enviemos isto aos grupos, não vamos ter uma idéia clara de como implementá-lo, Presidente.

Digo, por exemplo, como se relaciona o tema social com o tema normas e disciplinas? Como se relaciona isso? Não sei, mas certamente há uma relação. Isto é, tenho bastante claro como se relaciona isso com o grupo de forças produtivas; como se relaciona isso com outros Grupos de Trabalho que estão funcionando, tampouco eu sei. Vamos criar um Grupo de Trabalho adicional para trabalhar sobre temas sociais? Digo isto, porque tudo isto é o que temos discutido, Presidente, e está mais ou menos debatido.

Quando faço a proposta de criar um Conselho Assessor em matéria Social é porque conhecemos a forma em que podemos dotar de conteúdo a ALADI. Falta que venham e digam quais os problemas práticos que consideram relacionados com a nossa tarefa; porque não vamos substituir a Organização Pan-Americana da Saúde, não vamos substituir nenhuma das estruturas que têm como responsabilidade primária aspectos sociais.

Temos que ver de que forma enriquecemos nossa tarefa com os aspectos sociais. E isto é o que creio que devemos ver concretamente. Insisto, Presidente, não vamos abrir novamente um debate sobre os temas da saúde ou da pobreza, ou da marginalidade, porque temos claro esse cenário. Temos claro de que forma a ALADI pode fazer uma contribuição efetiva na solução desses problemas.

Vou dar algumas idéias, Presidente. Por exemplo, na reunião que participamos, vários expositores manifestaram que um problema sério que têm é que não têm estatísticas confiáveis porque não têm linguagem comum. Considero, por exemplo, que a ALADI poderia perfeitamente funcionar como organismo que ajude a definir um mecanismo comum regional para a elaboração de estatísticas. Quem vai negar que a ALADI tem uma enorme experiência em matéria de estatísticas? Ninguém. Que outro organismo regional há, de caráter latino-americano, que tenha essa experiência?

Então, creio que estes são os temas que temos que identificar. Não vamos aqui resolver os problemas da educação, nem os problemas da saúde, nem os problemas da pobreza. Talvez, podemos fazer alguma contribuição sobre algumas idéias relacionadas com a não equidade da distribuição da riqueza na região, relacionando isto com o comércio, por exemplo.

Quero dizer que somos nós os que temos que identificar de que forma fazemos com que ambos os elementos sejam compatíveis, de que forma se enriquecem. Isto não é uma tarefa técnica, é uma idéia política, que tem muitos componentes técnicos, mas que primeiro temos que baixar o sinal político de como construir isto.

Por isso, Presidente, insisto em que este tema deveria ser analisado por nós em uma sessão especial para tais fins; isto não implica que todos os governos não apresentem os papéis que queiram, como em qualquer outro tema, Presidente. E serão dali, em algum momento, porque digo, se levo em consideração, as idéias manifestadas no foro, o foro descreveu situações; descrever o que cada autoridade governamental ou regional estava

fazendo com o tema, mas não é que veio nos propor qual era o papel da ALADI. Nós temos que dizer isso, de que forma vamos desenvolvê-lo.

Então, Presidente, concretamente, para que fiquem claras algumas coisas. Primeiro, o papel da ALADI continua sendo o papel histórico, o tradicional, sobre o qual todos coincidimos em que é necessário enriquecer e crescer com os aspectos sociais. Não está definido ainda, além do diagnóstico que fez, qual o papel que efetivamente pode cumprir a ALADI, esse é um tema que temos que debater aqui; não vão dizê-lo nem as autoridades sanitárias, nem as autoridades culturais de nenhum país. Somos nós os que temos que discutir como incorporamos os aspectos sociais à ALADI. E, disso, os responsáveis somos nós mesmos, não devemos derivar isto a ninguém.

Uma vez que tenhamos aprovado por consenso quais os possíveis mecanismos, aí temos que derivá-los aos Grupos de Trabalho para que vejam como. Agora estamos discutindo o quê. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ramón José París García). Primeiro, pensamos que não é contraditório o que propõe o Embaixador da Argentina com o que propõe o Embaixador da Bolívia; realmente, são dois caminhos que podem continuar, mas um não contradiz o outro. Isto é, conversar, discutir, ou elaborar um documento sobre esta temática não contradiz nada com o aspecto que fala o Embaixador da Argentina, sobre a possibilidade de criar um Conselho Assessor em matéria Social, onde certamente será necessário elaborar um regulamento, os que o conformam, que funções teria, e esse é um trabalho que também, se for proposto, será necessário pensar quem o faz e como se faz.

E por outro lado, digamos, uma coisa que chamava a atenção desta Representação, nós nos reunimos os Alternos, bom, eu não sou Alternos, mas os Alternos se reuniram em todo caso, para tratar diferentes temas em diferentes momentos. Ou seja, em diferentes crises que houve aqui, por qualquer problema, falamos: “que resolvam os Alternos”. E os Alternos, alguns, de forma mais ou menos bem-sucedida, trabalharam em temas que não foram discutidos aqui, não porque não sejam importantes, mas porque com a impossibilidade de buscar pontos de acordo, trabalhava-se, talvez, mais intensamente, e em outro ambiente, entre os Alternos, e procuramos fazer a tarefa encomendada. Temos nos reunido para trabalharmos, digamos, na implementação do ELC, nos temas comerciais, e isso não gerou nenhum inconveniente, até era considerado certo que isso acontecesse.

Então, se isso se fez em várias oportunidades, e de forma bem-sucedida, nem todos são êxitos, mas se fez a tentativa de que tudo seja bem-sucedido. Não entendo por que neste tema não é possível dar certa responsabilidade aos Alternos; não porque ali não se queira discutir, mas porque em outros momentos, como já disse anteriormente, temas muito importantes foram discutidos em Alternos, e isso não tirou importância. De alguma forma, facilitou a tomada de decisões, porque finalmente o Comitê vai decidir se as recomendações dos Alternos são válidas ou não são válidas, ou seja, não é um documento conclusivo, nem obrigatório de aprovação neste espaço.

Então, considero que podemos trabalhar de forma paralela nas duas propostas, e buscar uma saída que nos permita realmente avançar, como diz o Embaixador argentino, em temas concretos nesta discussão. Muito obrigado.

PRESIDENTE. A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente.

Quero lembrar que em cada uma das sessões anteriores, quando tratamos temas que requerem a reunião de especialistas dos nossos países, defendimos a idéia de que essas reuniões se constituem em insumo, e não em mandados particulares, mas em insumos para nossa Associação, e somos nós, no Comitê de Representantes, que adotamos as decisões derivadas dessas reuniões.

Em virtude disso, creio que seria necessário continuar com essa metodologia aplicada por nós, que em outros momentos defendemos e exigimos. Hoje, o tema social, evidentemente, não está em discussão se consideramos ou não de primeira importância. Pelo contrário, creio que em todos os afazeres político e técnico da Associação nas atividades comerciais, nunca, nenhum dos nossos países esqueceu que o propósito fundamental deste intercâmbio comercial e destes acordos é exclusivamente o bem-estar e a qualidade e condição de vida dos nossos cidadãos, neste caso, na região.

Considero oportuno que passemos à segunda instância, que é a revisão e discussão deste documento para fazer o que concordo, diz o Embaixador Olima, e para fazer o que está expresso também no mesmo documento, preparado pela Secretaria-Geral, posso dizer que na terceira página, na terceira sessão, o desglosamento do que devemos fazer nas nossas discussões está indicado ali mesmo.

Por exemplo, a necessidade de promover novas instâncias de reflexão que envolvam os atores que participem do desenho e da implementação das políticas sociais. Ali uma das visões que foi manifestada, e uma das idéias apresentadas pelo Embaixador Olima, por exemplo, é o Conselho Assessor Social. Esse Conselho, creio que de todas formas, é importante, é um ator que temos que encontrar, de interlocução conosco, mas não é o único resultado desta reflexão.

Fala de difundir os benefícios derivados dos acordos comerciais. Também temos que ver como esses acordos se traduzem em ações particulares dentro do que pode ser a atividade social. Temos que continuar aprofundando no estudo dos impactos dos acordos comerciais, nas variáveis concretas de emprego e atividade econômica dos microempresários.

Creio que as diretrizes estão claramente determinadas, e também creio que nestes aspectos é muito importante a ação direta dos nossos Alternos.

Sim penso, como manifesta a Representação da Venezuela, e como em todas as instâncias o fizemos, nossos Alternos realmente fazem *the clean work, not the dirty work*. Creio que os Alternos verdadeiramente fazem o trabalho mais limpo e mais claro, e facilitam a tomada de decisões.

Creio que todas as propostas estão sendo conjugadas no que manifesta a Representação da Bolívia, e o que manifestamos nós, e é realmente passar rapidamente o processo que sempre exigimos para chegarmos juntos da reunião de Vice-Ministros com uma idéia mais clara, que, sem dúvida, o ponto de partida não é este documento –porque tratamos anteriormente o tema-, mas que serve como uma orientação e como ter recolhido a participação dos nossos países.

Entre outras, é absolutamente certo o que diz o Embaixador do Equador e a Embaixadora de Cuba, quanto a que aqui, nisto, não se pode recolher fielmente a totalidade da participação dos nossos países; de forma de que também nos reservamos o direito de

que se há algo que queira ser incluído, possamos fazer. Com isto, creio ter manifestado a posição da Colômbia. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Continua aberto o direito de palavra. Até agora temos o seguinte: uma proposta de uma sessão especial para discutir, uma sessão especial deste Comitê...

Tem a palavra o Embaixador Olima.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Desculpe a interrupção, Presidente, mas não creio que nossas posições devam ser apresentadas como posições incompatíveis, etc, porque não é a idéia. E se aqui a maioria das Representações inclinam-se por mandá-lo ao grupo de Alternos, não há nenhum inconveniente, Presidente, mandemo-lo ao grupo de Alternos. Já está. Obrigado.

PRESIDENTE. Estava falando que há uma proposta de fazer uma sessão especial deste Comitê, para discutir as propostas; inclusive, já há algumas propostas ali, como esta do Conselho Assessor, como que a ALADI possa trabalhar para unificar estatísticas sociais, mas em todo caso, essa sessão especial para discutir como incorporar a dimensão social nos temas e na dinâmica da ALADI.

Agora, isso é acompanhado por uma proposta que não é contraditória em absoluto, que é que previamente haja uma reunião dos Alternos para considerar este documento, ou esta versão preliminar, este resumo executivo, que preparou a Secretaria-Geral, mas que adicionalmente ali cada país terá a possibilidade de expressar opiniões quanto ao que de suas capitais podem incorporar.

Então, não creio que haja nenhuma contradição entre uma e outra. Creio que se trabalhamos em função do consenso, poderíamos além de dar trabalho aos Alternos, Embaixador; -porque há alguns Alternos que foram incorporados, e ainda não lhes demos trabalho, seria bom dar-lhes esse trabalho-. Realizar uma reunião dos Alternos segundo s termos do Embaixador da Bolívia, e que outras Representações manifestaram seu acordo, e preparar uma sessão especial deste Comitê, para discutir como incorporar a dimensão social à ALADI; porque definitivamente é uma decisão política deste Comitê.

Creio que as outras propostas que têm se formulado poderiam ser levadas à reunião de Alternos, e acordar, neste momento, quando poderíamos realizar essa sessão especial deste Comitê; entendendo que seria uma vez que os Alternos possam ter resultados.

Creio que nisso há coincidência, há consenso; creio que todas as Representações, pelo menos as que se manifestaram, não teriam problema nesse sentido. Inclusive, a Delegação do Brasil fez uma proposta de incorporar a dimensão social como um projeto de Resolução -que também seria insumo para essa reunião dos Alternos-, e que fundamentalmente, depois, na sessão especial, possamos ter esse resultado; que não será um resultado só de diagnóstico, mas um resultado de como poderíamos incorporar a dimensão social à ALADI.

E depois, no Comitê todos somos absolutamente soberanos, livres, independentes para discutir sobre esse resultado dos Alternos; incorporar o que pensamos que se deve incorporar ou descartar o que tenhamos que descartar.

Mais de uma vez, incorporamos o que dizem os Alternos, e muitas vezes descartamos o que acordam nessa instância. Se estivermos de acordo com isso, creio que teríamos que

propor que os Alternos convoquem a reunião o mais rápido possível, e escuto propostas para a sessão especial deste Comitê.

Tem a palavra a Embaixadora de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Realmente, considero que o trabalho dos Alternos em uma única reunião não é concluído. Creio que isto tem que ser, embora seja breve, mas um processo de vários encontros para apresentar um produto acabado, inclusive dando tempo às capitais para que tenhamos, para essa reunião, propostas concretas para o que estamos buscando, porque sabemos que isto está em construção, no que todos temos que aportar elementos para realmente incorporar a agenda social no âmbito da ALADI, então, são coisas que devemos elaborar, que considero que não deve ser um único encontro, ou seja, um processo.

PRESIDENTE. Então, creio que não há nenhum inconveniente, os Alternos poderão estabelecer a dinâmica, no sentido de que temos alguns prazos estabelecidos; porque temos a Reunião de Vice-Ministros, e supõe-se que temos que realizar uma sessão especial no âmbito do Comitê, que talvez não será uma única sessão especial, que depende da importância que demos a isto. Nessa medida, terá importância a sessão especial.

Se não houver uma proposta para a realização da sessão especial deste Comitê, então, seria procedente a convocação da reunião dos Alternos, e que comecem a trabalhar, entendendo que, embora não seja uma só reunião, tem que se realizar segundo uma dinâmica, respeitando os tempos que temos daqui até o mês de agosto.

A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Só isso, senhor Presidente, para manifestar que talvez seria necessário definir quem coordena essa reunião de Alternos, e creio que botar data à reunião especial do Comitê de Representantes não faz sentido propor isto hoje, porque não sabemos qual será a dinâmica dos Alternos.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Coincido com o manifestado pelo Embaixador do Chile, e sem que isto implique nenhuma definição final é que meu pensamento pessoal, digo pessoal porque não o discuti na Representação, é que o tema social deveria ser enviado ao mesmo grupo de Forças Produtivas. Estou imaginando um Grupo chamado Grupo de Aspectos Sociais e Forças Produtivas, ou não vejo os Grupos existentes onde poderíamos colocá-lo e francamente creio que não devemos continuar criando mais Grupos de Trabalho porque já é quase impossível atendê-los, Presidente, sem que isto implique uma definição sobre o tema, se fosse ao Grupo de Forças Produtivas, o responsável da Coordenação, como Alternos, seria o Ministro Raimondi. Estou dando uma sugestão, simplesmente, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Escuto opiniões a esse respeito. Esta é outra proposta, entendi que a reunião de Alternos era a reunião de Alternos, isto pode ser uma proposta, isto é, que isto pode ser considerado no Grupo de Forças Produtivas?

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Desculpe, Presidente, me expressei errado certamente.

Isto vai para a Reunião de Alternos, o Embaixador do Chile pergunta, com lógica, quem ia coordenar neste caso a reunião de Alternos, porque a mesma quando se trata de temas de normas é coordenada pelo Representante do Chile, isto é, em geral, dependendo da temática, a reunião de Alternos é coordenada pelo Coordenador que corresponde ao Grupo correspondente. Como isto não está em nenhum Grupo, pergunto quem vai coordenar a reunião de Alternos? Então, sugeri esse procedimento que pode ser aceito ou não, Presidente, mas não o tiro da esfera de Alternos.

PRESIDENTE. Entendido, Embaixador. Entendi agora muito bem sua explicação. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Sugiro que como é uma temática muito mais ampla que as forças produtivas, não deveria ir para lá, e sugiro que este trabalho deveria ser presidido pelo Presidente do Comitê, ele deve coordenar o trabalho dos Alternos.

PRESIDENTE. O Embaixador da Argentina explicou que não estava fazendo a proposta de que isso fosse ao Grupo de Trabalho de Forças Produtivas, simplesmente como foi perguntado sobre a Coordenação. Não tenho nenhum problema se estamos de acordo em que o Presidente do Comitê coordene essa reunião dos Alternos. Tem a palavra o Embaixador Olima.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, se o senhor não tem nenhum inconveniente, muito menos inconveniente poderia ter eu, isto é, o que acontece é que sei que o Presidente do Comitê é um homem com muitas tarefas, muitas ocupações, então, queria aliviar o trabalho, mas vendo que está disposto a assumi-lo, é todo seu, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador, por esse estímulo.

Então, estaríamos de acordo com isso e ficaríamos de acordo para fazer uma convocação o mais rápido possível. Entendemos até agora que há algumas propostas que foram feitas aqui e outras que estão refletidas no documento Resumo Executivo, eu recolhi aqui as propostas, o do Conselho Assessor, mas foi proposto aqui o das estatísticas sociais, isto de Forças Produtivas, sobre a necessidade de definir qual seria o tema, a proposta que seja um Projeto de Resolução, todas essas propostas foram feitas e serão matéria e insumo para a discussão da reunião dos Alternos.

Se estiverem de acordo com isso passaríamos ao que tínhamos pendente.

7. Assuntos diversos

... Temos primeiro o Acordo "Aceitação da Secretaria-Geral Ibero-Americana como Observador junto ao Comitê de Representantes".

Já se fez a distribuição e está em consideração.

Há alguma observação? Se não houver, ficaria identificado sob o número 274.

"ACORDO 274

ACEITAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA (SEGIB)

COMO OBSERVADOR JUNTO AO COMITÊ DE REPRESENTANTES

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Artigo 35 do Tratado de Montevideú 1980 e as Resoluções 1 e 281 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO Que a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), mediante nota de 19 de maio de 2008, solicitou a condição de Observador junto à Associação; e

Que a SEGIB e a Secretaria-Geral da ALADI assinaram, em 28 de fevereiro de 2008, um Convênio Quadro de Cooperação,

ACORDA:

Conceder à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) o caráter de Observador no Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). “

...e temos a outra que já seria uma Resolução que tem a ver com o Ato de Recebimento de Ofertas da Licitação Pública Internacional para a implementação do Plano Piloto COD.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Agradecemos o esforço da Secretaria para fazer uma proposta tão rápido, mas cremos que não recolhe todas as necessidades e gostaríamos de pedir que isto fosse visto na próxima reunião, porque gostaríamos de fazer alguma modificação e uma revisão também, provavelmente com a Secretaria, com o Grupo de Trabalho que corresponde, porque parece não estar contido tudo o que estaríamos substituindo no número 9. Isso é, senhor Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Creio que estamos de acordo com isso, já tinham me passado a informação de que tinha um problema com isto e o veremos, então, na próxima sessão.

Está aberto o direito de palavra.

Não há outros assuntos, então, nos veremos na próxima sessão que será convocada quando tenhamos insumos para a discussão. Temos isto pendente do COD e nos estaríamos vendo, em princípio, na quinta-feira da semana próxima.

Obrigado a todos. Encerra-se a sessão.